

# CEDI

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 786

DATA : 16 12 88

PG. : 15  
capa

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sexta-feira, 16 de dezembro de 1988 15

# CNBB denuncia genocídio dos Yanomami

ARQUIVO



Dom Luciano pede urgência na demarcação das terras dos Yanomami

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, divulgou documento de dez páginas, intitulado "Em Defesa do Povo Yanomami", alertando para o "crime de genocídio" praticado contra os Yanomami, 9 mil índios que vivem no Amazonas e em Roraima, e correm risco de ser exterminados por "interesses econômicos, políticos e militares, respaldados pelo Estado, que deveria defender os direitos indígenas".

Segundo a CNBB a maior ameaça aos Yanomami é a invasão de sua área por cerca de cem mil garimpeiros, amparados pela "impotência ou a convivência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Tais ações, continua a CNBB, constituem delitos tipificados na legislação penal brasileira como esbulho possessório, homicídio, lesão corporal, formação de quadrilha ou bando e incitação. O conjunto destes atos praticados contra um grupo étnico, constitui crime de genocídio".

O documento acusa o Governo, que baixou, no dia 18 de novembro, a portaria interministerial nº 250, reduzindo a terra Yanomami em 70 por cento e dividindo os 30 por cento restantes em 19 áreas descontinuas. "A demarcação da terra Yanomami em áreas descontinuas", afirma a CNBB, "significa a sentença de morte para este povo".

Para reverter este quadro, a CNBB pede a revogação da portaria interministerial nº 250, "por ser inconstitucional e destruidora da integridade física e cultural dos Yanomami"; a urgente demarcação da terra tradicionalmente ocupada por esses índios, em área contínua, com os limites fixados pela portaria Funai nº 1.817, de 18 de janeiro de

1985, uma área com 9 milhões de hectares, 90 mil quilômetros quadrados.

A CNBB quer ainda "a imediata e definitiva retirada de todos os garimpeiros e a responsabilização penal de todos que têm agido no sentido de estimular, promover e respaldar este genocídio ou se omitido na adoção de providências para evitá-lo".

O Brasil, afirma o documento, não pode pactuar com a desintegração e a morte das populações indígenas e o desenvolvimento e a segurança do nosso País não podem ser forçados sobre os cadáveres dos Yanomami.

A política indigenista oficial é atacada pela CNBB por "retirar dos povos indígenas as condições mínimas, que lhes permitam manter sua identidade e até, em muitos casos, sua sobrevivência física. Para setores do Governo, "a verdadeira política indigenista é a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional", conforme afirma um estudo da 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Com esta política pretende-se forçar o índio a perder sua identidade, desvinculando-o de suas terras tradicionais, que assim se tornariam disponíveis para a exploração econômica.

"Apesar de o novo texto constitucional assegurar com amplitude e clareza os direitos indígenas, continua a CNBB, nada indica que o Governo pretenda modificar a política indigenista em vigor e, muito menos, que se disponha a rever atos já consumados contra a dimensão humana, cultural e política dos povos indígenas.

E finaliza acrescentando que "os atos recentes do Governo, praticados contra o povo Yanomami, destacam-se pela frieza com que são executados e

acabarão por levar à extinção pura e simples um dos maiores povos indígenas, cerca de 9 mil indivíduos, que ainda preservam intacta sua cultura tradicional no mundo de hoje. Nunca em sua história, o povo Yanomami enfrentou ameaça maior que esta".

A serra de Surucucus, com a maior concentração dos Yanomami, tem sido a área mais visada pelos garimpeiros, por causa de suas jazidas de cassiterita, minério de ferro, ouro e urânio. Desde 1985, o número de garimpeiros vem crescendo e em 1987 surgiram os primeiros conflitos armados entre invasores e índios, provocando várias mortes.

A CNBB acusa ainda o governador de Roraima por declarar, em 8 de janeiro deste ano que, se depender dele, todos os garimpos atualmente em funcionamento serão mantidos e legalizados, e a Funai por retirar a missão Catrimani (católica) da região, "a fim de evitar presenças incômodas, porque os missionários denunciavam a invasão de garimpeiros, e questionavam a omissão governamental".

Dom Luciano disse que o próprio papa João Paulo II defendeu os indígenas em sua mensagem do Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 1989. Na mensagem, o Santo Padre afirma que o Estado tem a obrigação de promover e favorecer os direitos de grupos minoritários, sobretudo o direito à vida e de preservar a própria cultura. Quando as populações indígenas são privadas de seu território, disse o Papa, perdem um elemento vital da própria existência e correm o risco de desaparecer enquanto povo. A construção da paz, conclui o Papa, requer forte empenho para eliminar discriminações, exclusões e o genocídio das minorias.